

# **CLIPPING IMPRESSO**

**22/10/2022**



# INDICE

---

1. AGORA SANTA INÊS	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1 - 2
2. FOLHA DE SÃO PAULO	
2.1. CNJ.....	3 - 4
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADOR.....	5
3.2. PRESIDÊNCIA.....	6 - 7
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	8 - 10
4.2. DESEMBARGADOR.....	11 - 12
4.3. EVENTOS.....	13

# Municípios do interior do Maranhão terão postos interligadas para registro civil

*O objetivo é dar condições para que os bebês já saiam da maternidade registrados, após a alta médica da mãe*

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) solicitou aos juízes de direito e prefeitos municipais que articulem a instalação de Unidade Interligada de Registro Civil em hospitais ou maternidade nas cidades do interior do Estado.

A ação do corregedor-geral da Justiça, Froz Sobrinho, faz parte do "Projeto de Enfrentamento ao Sub-registro Civil de Nascimento", que tem o objetivo de dar condições para que os bebês já saiam da maternidade registrados, após a alta médica da mãe. Essa política pública conduzida pela Corregedoria da Justiça fortalece o combate ao sub-registro, que no Maranhão alcança o índice de 4,82%, segundo dados do IBGE/2021.

O sub-registro representa os

nascimentos não registrados logo no mesmo nascimento ou até os primeiros três meses do ano seguinte ao nascimento. Em decorrência desse projeto, 102 Unidades Interligadas já foram instaladas em municípios maranhenses, por meio de parceria institucional.

Unidade interligada

O corregedor enviou ofícios aos juízes de direito e prefeitos de cidades onde não há Unidade Interligada de Registro Civil instalada, solicitando esforços para a instalação de postos do cartório extrajudicial dentro das maternidades, para garantir o acesso à Certidão de Nascimento aos recém-nascidos.

O ofício acompanha um conjunto de informações contendo o Provimento, as leis e um guia



em formato visual com linguagem simples, que contém as orientações de todas as etapas preparatórias necessárias para a instalação de uma unidade interligada.

Núcleo de registro civil

"O Núcleo de Registro Civil da Corregedoria estará à disposição para oferecer todo o su-

porte necessário, pelo e-mail: [nrc.cgjma@tjma.jus.br](mailto:nrc.cgjma@tjma.jus.br)", diz o desembargador no ofício enviado aos juízes e delegatários e prefeitos.

A solicitação do corregedor foi complementada pela juíza Ticiany Gedeon Palácio, coordenadora do Núcleo de Registro Civil da CGJ-MA, que se dirigiu

aos cartorários para fazer a solicitação para que façam parceria com as prefeituras municipais com o mesmo objetivo.

Erradicação do Sub-registro

A medida atende a Lei nº 13.257/16, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Já a Lei Complementar Estadual nº 233/2021, estabelece medidas para a promoção da erradicação do sub-registro civil no Maranhão e o Provimento nº 07/2021 da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, que regulamenta a instalação de unidades interligadas em estabelecimentos de saúde que realizam partos.

A Lei nº 13.257/16 determina que estabelecimentos de saúde públicos e privados que reali-

zam partos devem se interligar, mediante sistema informatizado, às serventias de registro civil existentes nas unidades federativas que aderirem ao sistema interligado previsto em ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Lei Complementar Estadual nº 233/2021 determina a instalação de unidades interligadas de registro civil de pessoas naturais nos municípios do Estado do Maranhão, em que funcionem estabelecimentos de saúde públicos, privados e conveniados com o SUS.

Segundo essa lei estadual, onde não houver serviço de internet para o funcionamento da unidade interligada, poderá ser instalado um posto avançado de registro civil.



# Audiências de custódia presenciais devem retornar em 2023

Lucas Lacerda

**SÃO PAULO** O retorno das audiências de custódia presenciais, que deveria acontecer em outubro deste ano, ficará para março de 2023. Os 30 dias determinados pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para a volta terminariam na sexta-feira (14), mas no dia 7 o próprio órgão decidiu estender o prazo por mais três meses.

Desde 2015, ano de estabelecimento das audiências, a pessoa que é presa deve ser levada à presença de um juiz em até 24 horas, acompanhada de advogado ou da Defensoria Pública. O magistrado avalia a legalidade do flagrante e da prisão e se haverá medidas cautelares e investiga, por meio de indícios e relatos, se houve maus tratos ou tortura.

As audiências foram suspensas no início da pandemia e, já em 2021, permitidas na modalidade de videoconferência enquanto durasse a situação de emergência sanitária, que terminou em abril deste ano.

O modelo foi criticado desde a sua instituição por entidades de direitos humanos e defensores públicos, que contestam a eficácia de verificar tortura e promover um ambiente seguro para relatos dos presos.

Na decisão que prorroga a retomada presencial, o CNJ diz que é necessário “um melhor aprofundamento da matéria ora debatida” e sinaliza a possibilidade de uma audiência pública sobre o tema, sugerida pelo DMF (Departamen-

to de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do CNJ), que deve acontecer em novembro.

Procurado pela Folha, o órgão disse, por meio da assessoria, que não vai se manifestar sobre o novo prazo.

“A discussão da prorrogação é absolutamente indevida. Isso já deveria estar funcionando, assim como não deveria ter sido interrompido. Precisamos simplesmente cumprir a lei”, diz Hugo Leonardo, presidente da diretoria do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa).

Para ele, o procedimento feito por videoconferência não pode ser considerado uma audiência de custódia, já que é impossível verificar pela tela o estado emocional da pessoa, o nervosismo, o acesso à informação e a proteção do relato.

Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Camila Sabino segue na mesma linha. “No histórico de inspeções que fazemos, quando é feita de modo virtual, a pessoa privada de liberdade não está efetivamente protegida”, afirma.

“Em uma das inspeções [em São Paulo], vimos que existem salas com câmeras e janelas de vidro. Não tem como assegurar que um policial penal não vá fazer uma leitura labial e há pontos cegos nas câmeras”, afirma.

Em São Paulo, o TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) pediu, em um ofício de 10 de outubro ao CNJ, que seja mantida a realização de audiências de custódia por videoconferência, ao menos

na Justiça paulista.

Entre as justificativas, o tribunal diz que já empenhou esforços para ampliar a realização das audiências por vídeo, e cita que 33 das 54 circunscrições judiciais (unidades administrativas do Judiciário) paulistas já utilizam a modalidade.

O órgão afirma que realizou 62 mil audiências de custódia, 34 mil delas por videoconferência. Questionado pela Folha, o tribunal diz não ter dados sobre relatos de tortura.

Para Leonardo, do IDDD, os números não permitem uma leitura sobre eficiência. “Sucesso não é isso. Sucesso, em processo penal, significa a qualidade do ato que se pratica, e não a mera formalidade de ter sido praticado”, diz ele.

Um dos argumentos utilizados no pedido é um projeto-piloto em Guarulhos, que o TJ-SP considera um sucesso. Em 2021, a estrutura para audiências remotas foi montada na Delegacia Seccional de Polícia da cidade — ponto criticado pela Defensoria Pública por manter o preso em um ambiente no qual o policial que efetuou a prisão pode estar presente.

Como benefícios, o tribunal cita a redução de custos, de deslocamentos e da necessidade de escolta, além do uso de câmeras “que permitem a visualização total do custodiado”, segundo o texto.

A visualização da sala, no entanto, é criticada por uma

nota técnica do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. O documento cita o relato de um defensor público que participou de audiências no local, e que apontou pontos cegos.

Segundo o texto, houve interrupções em momentos diversos na videoconferência, que impossibilitam a sensação de proteção da informação.

“Como o link de audiência é o mesmo para entrevista, muitas vezes os/as promotores/as de Justiça ingressam durante a entrevista, devendo o/a defensor/a público/a ficar atento, interromper a entrevista e solicitar a retirada”, afirma o relato no documento da Defensoria.

“Era possível ver agentes nas imagens. Como eram os mesmos uniformes, a pessoa se sentia falando com as próprias pessoas que a prenderam, e não no Fórum, com outra escolta, outro ambiente. Foi um projeto piloto que, no meu entender, foi fracassado”, afirma o defensor público Diego Polachini.

De acordo com ele, as audiências remotas são exceções para casos extremos, e não é viável, do ponto de vista legal, regulamentar o modelo de forma permanente. “São casos muito absurdos, como uma pessoa internada, porque levou um tiro, que são casos graves. Mas o Tribunal quer transformar isso numa regra”, afirma.



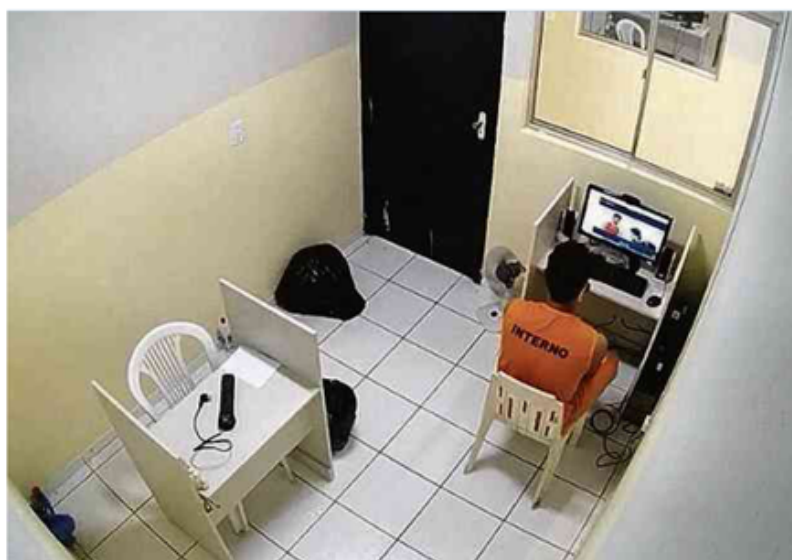
A discussão da prorrogação é absolutamente indevida. Isso já deveria estar funcionando, assim como não deveria ter sido interrompido

**Hugo Leonardo**  
presidente da diretoria do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa)



No histórico de inspeções que fazemos, quando é feita de modo virtual, a pessoa privada de liberdade não está efetivamente protegida

**Camila Sabino**  
perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura



**Preso é ouvido em audiência de custódia por videoconferência**  
Divulgação - 11.nov.21/Tribunal de Justiça do Maranhão

# BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## Se a moda pega...

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais aprovou o pagamento de verbas retroativas a 2006, incorporadas aos salários dos juízes e desembargadores. A prebenda vai custar R\$ 5 bilhões. Se a decisão virar jurisprudência no País, o rombo é incalculável.





O diretor de Redação de O Imparcial, Raimundo Nonato Borges e o presidente da Empresa Pacotilha, editora de O Imparcial, Pedro Batista Freire, foram algumas das personalidades homenageadas

## O Imparcial recebe a honrosa “Medalha Sousa Andrade” da UFMA

A Coluna NM parabeniza o presidente da Empresa Pacotilha, editora de O Imparcial, Pedro Batista Freire; e o diretor de Redação de O Imparcial, Raimundo Nonato Borges; pela homenagem recebida pela Universidade Federal do Maranhão na Solenidade de Entrega da Medalha Sousa Andrade, que aconteceu na noite de sexta-feira, 14, no Palácio Cristo Rei, na Praça Gonçalves Dias. A mesa da solenidade contou com a presença do reitor Natalino Salgado; da professora da UFMA e poetisa da Academia Maranhense de Letras, Sônia Maria Corrêa Pereira Mugschl; do presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), Francisco José de Carvalho Neto; do procurador geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; entre outras autoridades. A Medalha carrega esse nome em homenagem à figura de Joaquim de Sousa Andrade, notoriamente conhecido por Sousa Andrade, um dos maiores poetas do Brasil. Também estiveram presentes na homenagem outras personalidades indicadas à Medalha, entre elas a presidente da Fundação Antônio Jorge Dino, Enide Moreira Lima Jorge Dino; o presidente da Academia Maranhense de Medicina, José Márcio Soares Leite; a reitora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Paulo Sérgio Velten Pereira, que foi representado pela sua filha, Maria Paula Velten.





Profissionais que trabalharam significativamente para o desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão e personalidades que não atuam na instituição, que contribuíram em prol de um bem maior, como a educação, ciência e cultura no Maranhão, receberam a tradicional homenagem instituída pelo Conselho Universitário (Consun) em 22 de setembro de 1981.



## **Mineradora é acionada contra tentativa de fechar estrada usada por moradores**

A tentativa irregular da empresa Mineração Aurizona S.A. (MASA) de fechar a estrada que liga o povoado Vila Aurizona à rodovia estadual MA-101, em Godofredo Viana, motivou o Ministério Público do Maranhão a ajuizar nesta quarta-feira, 19, pedido de tutela de urgência para assegurar o direito de ir e vir dos moradores da região. O objetivo da mineradora é bloquear o acesso da população e ampliar a área de garimpo.

No pedido liminar, o promotor de justiça Francisco de Assis Maciel Carvalho Junior solicita que o Poder Judiciário determine à mineradora a obriga-

ção de não fazer o bloqueio, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil, caso o pedido seja deferido e descumprido. A Mineração Aurizona faz parte do grupo da mineradora canadense Equinox Gold.

De acordo com o MPMA, os moradores foram informados pelos representantes da mineradora que esta havia construído um novo acesso do povoado Aurizona para a MA-101 e a estrada atual seria fechada, permitindo apenas o uso do desvio.

Em decorrência disso, o novo acesso causaria uma série de problemas aos moradores: aumento da distância de

deslocamento, ampliação de gastos com a locomoção e tempo de percurso; trechos perigosos com abismos e curvas acentuadas.

Diante da situação, os moradores iniciaram um protesto, na estrada, para garantir o direito de se locomoverem até sua comunidade e impedir o fechamento da via.

Como resposta, a mineradora acionou a Justiça alegando que se tratava de manifestação ilegítima, pois os moradores, embora com seu direito de ir e vir ameaçado, teriam extrapolado o direito de liberdade de expressão e reunião pacífica e teriam afetado a atividade em-

presarial.

A liminar foi concedida pela desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza a favor da empresa e determinou que os moradores se abstenham de protestar e fechar a estrada.

### **INSPEÇÃO**

Na última segunda-feira, 17, representantes da comunidade Vila Aurizona estiveram na Promotoria de Justiça de Cândido Mendes, sede da comarca da qual Godofredo Viana é termo judiciário, e relataram, em depoimento, a tentativa da mineradora de fechar a estrada para ampliar a sua área de garimpo.

Em seguida, o promotor de justiça Francisco de Assis Maciel Carvalho Junior fez uma vistoria na estrada e constatou que a manifestação dos moradores é feita de forma pacífica e os funcionários da mineradora não são impedidos de sair da empresa, conforme alegado.

“Os moradores não estão

extrapolando os direitos de pacífica manifestação e livre reunião. A bem da verdade, a população se viu obrigada a utilizar o bloqueio como medida final para evitar que a empresa, de forma desmedida e aleatória, fechasse e iniciasse a obra de escavação pretendida na estrada, que é bem público de uso comum, sem qualquer acordo e satisfação com os moradores da localidade”, afirmou Francisco Carvalho Junior.

O representante do MPMA destacou, ainda, que as atividades de mineração causam impactos duradouros ao meio ambiente e à população em áreas próximas e qualquer mudança deve levar em conta a proteção dos moradores.

Na avaliação do promotor de justiça, o que se verificou foi a postura autoritária da empresa que, mesmo sabendo dos prejuízos que a obra traria aos moradores, se negou a realizar

a escuta ou qualquer acordo com a população. “Os moradores agiram de maneira ordeira, e, apenas para impedir a afronta de seus direitos, utilizaram-se das únicas armas que possuem: a força da união dos moradores da pequena e sofrida comunidade”.

### **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Promotoria de Justiça constatou que a Mineração Aurizona não apresentou cópia do licenciamento ambiental para a abertura da nova estrada e para a atividade de extração de minério no antigo trecho. A empresa apenas mencionou a existência de um processo de licença junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (Sema) para a construção do desvio sem apresentar qualquer documentação.

*(Johelton Gomes - CCOM-  
MPMA)*

Promotoria de Justiça de Cândido Mendes



**Promotor de justiça Francisco Carvalho Junior se reuniu com os moradores da Vila Aurizona**





*Corregedor Froz Sobrinho participa de plano tático na Comarca de Montes Altos*

## Corregedor do TJ abre plano tático na Comarca de Montes Altos

Na manhã desta quinta-feira (20) o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, realizou visita estratégica na Comarca de Montes Altos (689 km da Capital), onde a Coordenadoria de Planejamento Estratégico da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) implementa plano tático até essa sexta-feira (21).

A iniciativa visa aprimorar a gestão administrativa da Vara Única da Comarca de Montes Altos, para redução do número de ações paralisadas há mais de 100 dias em Secretaria Judicial, que alcança, segundo dados do Termojuris, 1.884 processos; além de reduzir o número de processos

conclusos no Gabinete, resultando na melhoria da prestação jurisdicional à população. A unidade não está inserida nos grupos de acompanhamento da coordenadoria, possui 5.966 processos judiciais, dos quais 5.665 são virtuais e apenas 301 físicos.

O corregedor Froz Sobrinho ressaltou que a visita estratégica da Corregedoria prima pelo diálogo, identificação dos pontos fortes, fracos, que resultem na construção de um plano de ação que indique quais serão os caminhos para a melhoria dos serviços judiciários. O magistrado destacou também, que todo trabalho é feito com o foco nas pessoas, ma-

gistrados e servidores que estão diariamente nas comarcas, varas e juizados, pois “para atendermos bem o nosso público externo, precisamos cuidar primeiramente do nosso público interno”, avaliou.

Em mensagem de motivação e otimismo, Froz Sobrinho afirmou que o planejamento faz parte da vida das pessoas, e a missão da Corregedoria é ajudar as unidades, de forma técnica, a fazerem esse planejamento das ações e fluxos que vão melhorar a forma de trabalho, resultando na redução do índice de congestionamento, em maior produtividade, melhoria da prestação jurisdicional, e claro, “em quali-

dade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho”, pontuou.

A juíza Myllenne Moreira, titularizada há 5 meses na Comarca de Montes Altos, agradeceu o apoio e orientação prestados pela Corregedoria à unidade, e ressaltou o comprometimento de toda a equipe com a prestação da Justiça à população. “Esse apoio certamente nos ajudará a alcançar os objetivos previstos”, destacou.

A juíza Tereza Nina, responsável pelo Planejamento Estratégico da CGJ, coordenou o plano tático em Montes Altos. Ela lembrou a importância do trabalho conjunto, en-

tre a Corregedoria e os integrantes das unidades atendidas, para o êxito da iniciativa. “Em Montes Altos encontramos uma equipe aberta ao diálogo e disposta a melhorar a gestão da unidade”, frisou.

Participaram do plano tático em Montes Altos, as servidoras Luciana Baía, coordenadora de Planejamento Estratégico da CGJ; Norma Diniz, supervisora de Projetos e Padronização; e a assessora Alyne Portilho; além dos servidores Maycon Silva, da Divisão de Estatística; Wendel Barroso, secretário da Coordenadoria de Planejamento Estratégico.

### **UNIDADES ATENDIDAS**

Na atual gestão do corre-

gedor Froz Sobrinho, a coordenação já atuou em diversas unidades. Esteve na 3ª Vara de Itapecuru-Mirim; Vara Única da Comarca de Anajatuba; Vara Única de Senador La Rocque; 1ª Vara da Fazenda Pública de Imperatriz; Vara Única da Comarca de Humberto de Campos; e em Timon na Vara da Família e 2ª Vara Criminal; 1ª Vara de Porto Franco; Vara da Mulher de Imperatriz; 7ª Vara Cível de São Luís; 1ª e 2ª varas da Comarca de Grajaú; 2ª Vara de Coelho Neto; Juizado de Timon; 8ª e 9ª varas da Fazenda Pública de São Luís; 1ª Vara Cível de São José de Ribamar; 1ª Vara da Comarca de São Mateus do Maranhão; e Comarca de Itinga do Maranhão. (*Asscom - Corregedoria Geral da Justiça*)

# ACADEMIA, CONFREIRAS E CONFRADES

## OS NÚMEROS DO 18 SALIMP

A Academia Imperatrizense de Letras divulgou os números do 18 Salimp Veja:

**PÚBLICO:** nos 9 dias de feira, aproximadamente 95 mil pessoas visitaram o local, nos três turnos em que ela foi realizada.

**MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA:** a comissão organizadora estima que o volume negociado na feira foi de R\$ 1.1 milhão, entre vendas e negociações comerciais, além das ações institucionais realizadas, ficando evidente que o evento está superando suas expectativas e incentivando novas empresas a prestigiarem e colaborarem com ele.

**GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA:** trabalharam no Salimp mais de 400 colaboradores, ligados direta e indiretamente ao evento, nas fases de produção, montagem, realização e desmontagem.

**LIVROS VENDIDOS:** foram comercializados cerca de 40 mil livros, de todos os títulos e para todas as idades e interesses.

**EDITORAS:** no total, cerca de 300 editoras se fizeram presentes, representadas por livreiros e distribuidores de âmbito nacional.

**LIVROS EM EXPOSIÇÃO:** estiveram à venda cerca de 35 mil títulos, equivalendo a cerca de 100 toneladas.

**GENEROS:** os livros vendidos estavam relacionados aos gêneros: ficção, romance, poesia em geral, literatura infantil, literatura juvenil (literatura fantástica), religiosos, clássicos da literatura brasileira, não ficção, ciências humanas e sociais, técnicos e universitários.

**ESTANDES:** ao todo, o Salão comportou 78 estandes, ocupados por parceiros institucionais, além de 26 empresas de diversas regiões do Brasil representando o mercado editorial, oriundas de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Piauí e Maranhão.

**ÁREA:** o Salimp aconteceu numa área de 5.000 m<sup>2</sup>, to-

talmente climatizada.

Esses números e outras medidas comprovam a grandiosidade que foi o 18 Salão do Livro de Imperatriz. Temos a esperança de que o do ano que vem seja ainda maior!

## AGRADECIMENTO

A Academia Imperatrizense de Letras (AIL), promotora do 18 Salão do Livro de Imperatriz (Salimp), externa seus mais sinceros agradecimentos a todos os colaboradores que, com seu trabalho, ajudaram a concretizar este belo projeto. Direta e indiretamente, mais de 400 pessoas se envolveram e colaboraram para que o evento fosse um sucesso de público e de atrações. Livreiros, artistas, vigilantes, pessoal de apoio técnico, de auxílio administrativo, montadores, carregadores, empresários de alimentação e tantos outros, que atuaram diariamente nas ações da feira.

Agradece aos professores, pesquisadores e às escolas, que colaboraram para o sucesso da festa.

Agradece à assessoria da RPS Eventos e da Carvalho Projetos, apoio fundamental para as ações técnicas que fazem com que a feira ocorra.

Também registra sua gratidão e agradecimento aos patrocinadores, incentivadores e apoiadores desta iniciativa cultural e literária. Patrocinadores: Grupo Mateus, Universidade Ceuma, Emap/Porto do Itaqui e Gasmar. Incentivadores: Secretaria Especial da Cultura/Ministério do Turismo, Governo do Maranhão, Prefeitura de Imperatriz e Fundação Cultural de Imperatriz. Apoiadores: Equatorial Energia, UFMA, Fundação Rio Tocantins, Centro Cultural Tatajuba, Óticas Carol, DMila Alimentos e Poder Judiciário do Maranhão/Tribunal de Justiça/Comarca de Imperatriz.

Agradece, por fim, à atuação e à presença dos confrades e das confreiras da AIL nas atividades do Salimp, coordenando, participando como palestrantes, mediadores, expositores, prestigiando os diversos eventos nesses nove dias de Salão.

O sucesso do 18 Salimp é fruto do empenho coletivo. Expressamos nossa gratidão e o desejo de que, em 2023, estejamos juntos novamente!

Raimundo Trajano Neto - Presidente da AIL